

Apresentação

Andréa Barbosa Gouveia¹

Este é a quarta edição do Jornal de Política Educacional, periódico do Núcleo de Pesquisa em Gestão, Financiamento e Política Educacional em articulação com a Linha de Pesquisa em Política e Gestão da Educação do Programa de Pós Graduação da UFPR. Neste semestre o periódico deu dois passos importantes para sua consolidação como instrumento de interlocução na área: passou a compor o Sistema Eletrônico de Revistas da UFPR (SER), o que permite a submissão de artigos de forma mais ágil, e passou a integrar a base de periódicos do INEP, *BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/ INEP)*, potencializando uma circulação *on line* mais abrangente.

Neste número além de mantermos a linha editorial que prima pelo debate da política educacional em curso, apresentamos um conjunto de textos que tratam da universidade brasileira e da formação de professores, em especial, no Curso de Pedagogia. Tais textos são frutos dos debates na Conferência de Abertura e nas Mesas Redondas da XXI Semana de Ensino Pesquisa e Extensão e IV Semana de Pedagogia, evento anual do Setor de Educação. A razão para a inclusão de tais textos como uma parte especial do JPE deve-se ao feliz encontro entre a comissão organizadora² e o comitê editorial da revista que avaliaram ser importante a divulgação dos debates do evento em um periódico do Setor de Educação e não apenas na forma

de uma publicação interna, que teria menos possibilidade de circulação. Esta decisão editorial contou com o apoio da Fundação Araucária que autorizou o uso dos recursos para publicação dos resultados das mesas redondas neste número do JPE.

O tema central da Semana foi “A Universidade Pública Brasileira Hoje”, matéria que é certamente ponto candente da conjuntura educacional. Assim, os textos que compõem o primeiro bloco deste número, ainda que não analisem a política para o ensino superior de maneira tradicional, trazem importantes contribuições para a compreensão dos resultados desta política ao problematizarem a função e organização da universidade pública brasileira hoje.

Neste bloco temos quatro textos, o primeiro, fruto da provocativa conferência de abertura proferida por Afrânio Mendes Catani intitulada *Papel da Universidade Pública hoje: Concepção e Função*. Neste texto o autor problematiza o cotidiano da vida na universidade considerando as contradições entre o tempo da formação do pesquisador e da produção do conhecimento versus o tempo das agências de financiamento e da inserção dos sujeitos no mercado; de modo muito coloquial, posto que o texto originalmente é uma palestra, mas sem perder o rigor da análise o autor situa estas contradições no contexto das reformas para o ensino superior no Brasil e no mundo,

¹Professora do Núcleo de Políticas, Gestão e Financiamento da Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR. Doutora em Educação. andreabg@ufpr.br

²A Comissão organizadora da XXI SEPE e IV Semana de Pedagogia era formada por: Alcione Luis Pereira Carvalho; Américo Agostinho Walger; Ana Paula P. P. de Castro; Andréa Barbosa Gouveia; Helga Loos; Liane Maria Bertucci; Marcus Levy Albino Bencostta; Maria Célia Barbosa Aires; Melquiades Valentim; Nádia Gaiofatto Gonçalves; Rosângela Gehrke Seger; Tânia Terezinha Bruns Zimer; Vania Dobranski e Renata Chemin.

em especial na Europa após o Tratado de Bolonha, e argumenta que *“a universidade deve ter voz ativa na sociedade, ela não pode simplesmente atender às demandas do mercado de maneira automática, porque não é preparada ou estruturada para isso. Mas ela pode, entretanto, dialogar com o mercado, uma vez que possui competência para isso, ela gera conhecimento de ponta”*. Ou seja, ao debater o papel da Universidade o autor reconhece as pressões sociais sobre a instituição e vê no debate crítico destas pressões a realização da própria função da universidade.

O segundo texto de Maria Amélia Sabbag Zainko, *Políticas Públicas de Avaliação da Educação Superior: conceitos e desafios* dedica-se a problematizar um aspecto fundamental da política educacional em curso, a necessidade da avaliação. No artigo a autora faz um cuidadoso resgate das origens da discussão da avaliação institucional na universidade brasileira e indica as contradições presentes no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) tanto decorrentes do nascimento de tal sistema, que dialoga com outra concepção de avaliação delineada no período Fernando Henrique Cardoso, quanto decorrentes de problemas da implantação e dos desdobramentos do processo de avaliação no atual governo Luiz Inácio Lula da Silva.

O terceiro texto de Clara Brener Mindal intitulado *A graduação na pesquisa em educação (ANPED 1996-2003)* apresenta um estudo sobre as pesquisas a propósito do ensino de graduação no Brasil e, ainda que tenha um recorte muito pontual para isto, trabalhos apresentados em oito reuniões anuais da ANPED, desvelam o quanto os pesquisadores na área da educação têm dedicado-se pouco a pensar a qualidade do ensino de graduação.

O quarto texto denominado *A universidade e o curso de Pedagogia: os*

desafios da produção do conhecimento e a relação com a Escola Básica é de Regina Cely Campos Hagemeyer. A autora discute os fundamentos e a proposta de organização do novo currículo para o curso de Pedagogia da UFPR; para tanto retoma as origens da formação em pedagogia e da própria idéia de universidade para situar o desafio contínuo de fazer da formação de professores um processo que se articule com a produção do conhecimento. A autora ainda tem o cuidado de evidenciar como a proposta da instituição para o curso dialoga criticamente com as determinações legais e com o contexto político de reformulação dos cursos de formação de professores no Brasil atualmente.

Os demais textos resultam da demanda contínua da revista e dedicam-se de modo enfático à análise da política educacional. Ainda que não componha o bloco anterior, o quinto texto reforça o debate sobre os rumos da universidade atualmente. O artigo de Nora Rut Krawczyk, intitulado *As Políticas de Internacionalização das Universidades no Brasil: o caso da regionalização no Mercosul* apresenta um desafio recente para a universidade brasileira, a necessidade de internacionalização. Para este debate a autora mapeia a intensificação dos processos de financiamento de pesquisa nas universidades pela via de editais de fomento e dedica-se a analisar, em especial, os editais que visam acordos bilaterais ou multilaterais, demonstrando que no eixo do Mercosul as iniciativas são ainda pouco volumosas. A autora problematiza quanto este processo de internacionalização pode simplesmente atender aos interesses da política governamental internacional brasileira ou, a depender das próprias universidades e dos pesquisadores, pode construir um processo de integração com força acadêmica.

O sexto texto intitulado *Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições*, de

Alexandre de Paula Franco, também analisa o tema da universidade. O autor apresenta uma panorama da expansão da oferta do ensino superior no Brasil considerando a diversificação de instituições, o acentuado movimento de expansão privado e o perfil dos alunos ingressantes e problematiza as condições para qualidade com vistas a assegurar *“a missão de pesquisa que deve ocorrer no ensino superior, resguardados os preceitos legais, o que implica, sem sombra de dúvidas, na construção de uma identidade pedagógica, administrativa e institucional”*.

O sétimo texto volta-se a um debate candente na educação básica, a questão da inclusão. O artigo de Natacya Munarini Otero e Marilda Moraes Garcia Bruno intitulado *A política municipal de inclusão de crianças com deficiência na educação infantil no município de Dourados, MS*; dedica-se a analisar os desdobramentos da política nacional para educação especial na perspectiva da educação inclusiva em um

município do Mato Grosso do Sul. As autoras problematizam o discurso dos gestores municipais e de gestores de escolas de educação infantil acerca do processo de inclusão, demonstrando como de um lado a legislação e as orientações nacionais e, de outro a dinâmica da rede municipal de ensino não coincidem, o que resulta em dificuldades para a realização do direito à educação de qualidade para as crianças com necessidades educativas especiais.

Enfim, este número do JPE pretende manter seu compromisso de debater a conjuntura, posto que entender os rumos da educação brasileira exige um acompanhamento dos diferentes âmbitos em que a política pública se constrói cotidianamente. É um número que se articula também à conjuntura interna do Setor de Educação, incorporando os frutos do debate da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, o que se deve ao seu compromisso em servir de instrumento para divulgação da reflexão produzida na UFPR.

Boa leitura a todos!